

**Processo:** 1.0702.17.045419-4/001  
**Relator:** Des.(a) Alexandre Victor de Carvalho  
**Relator do Acórdão:** Des.(a) Alexandre Victor de Carvalho  
**Data do Julgamento:** 22/10/0019  
**Data da Publicação:** 25/10/2019

EMENTA: APELAÇÃO - TRÁFICO DE INFLUÊNCIA E LAVAGEM DE DINHEIRO - MANUTENÇÃO DA REJEIÇÃO DA DENÚNCIA - NECESSIDADE. Deve ser mantida a decisão que rejeitou a denúncia, quando não forem apresentados elementos mínimos que a sustentem.

REC EM SENTIDO ESTRITO Nº 1.0702.17.045419-4/001 - COMARCA DE UBERLÂNDIA - RECORRENTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - RECORRIDO(A)(S): FERNANDA MACEDO SILVA, RAFAEL TAVARES DA SILVA, RODRIGO RIBEIRO PEREIRA, FLÁVIO ROBERTO SILVA

## A C Ó R D Ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 5ª CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.

DES. ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO  
RELATOR.

DES. ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO (RELATOR)

## V O T O

### RELATÓRIO

Trata-se de apelação interposta contra a sentença do Juízo da 2ª Vara Criminal de Uberlândia, que rejeitou a denúncia oferecida em desfavor de RODRIGO RIBEIRO PEREIRA, FERNANDA MACEDO SILVA, FLÁVIO ROBERTO SILVA e RAFAEL TAVARES DA SILVA.

O recurso foi recebido pelo Juízo a quo.

O Parquet requer o integral recebimento da denúncia e a decretação da prisão preventiva dos recorridos.

Em contrarrazões, a defesa pleiteia o desprovimento do recurso.

A decisão foi mantida pelo Juízo a quo.

Instado a se pronunciar como custos iuris, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais opinou pelo conhecimento e não provimento do recurso ministerial.

É o relatório.

### CONHECIMENTO

Conheço do recurso, face ao seu ajuste.

### PRELIMINAR

A defesa alega, em síntese, que o princípio do promotor natural foi violado, pois a atuação da GAECO depende da requisição do promotor natural (art. 4º da Resolução nº92/2013 da PGJ), o que não ocorreu no presente caso.

Razão não lhe assiste.

Inicialmente, é de se observar que a Resolução citada pela defesa foi revogada pela Resolução nº 02/2017, onde consta que:

Art. 3º - Aa GAECO competirá oficiar nas representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios de natureza criminal, peças de informação, medidas cautelares, ações penais e procedimentos administrativos que recomendem atuação especializada, por solicitação justificada do

Promotor investido de atribuição ou, mediante anuência do Promotor Natural, por iniciativa do Coordenador ou Subcoordenador, conforme o caso.

No presente caso, observo que houve pleno atendimento aos ditames da Resolução vigente, pois o Promotor Natural, Dr. Luiz Henrique A. Borsari, da Promotoria de Patrimônio Público que fiscaliza os atos administrativos que envolvam o erário, atuou em conjunto com o GAECO, tanto que assinou o PIC.

Sendo assim, resta clara sua anuência com a citada investigação e na denúncia, pelo que resta superada a alegação defensiva de violação ao princípio do promotor natural.

Ante o exposto, REJEITO a preliminar.

## MÉRITO

Está descrito na denúncia:

### TRÁFICO DE INFLUÊNCIA.

Consta dos inclusos autos de Procedimento Criminal Investigatório que no período compreendido entre agosto de 2015 e dezembro de 2016, os denunciados RODRIGO, FLÁVIO, RAFAEL e FERNANDA, agindo todos previamente conluiados, com unidade de propósitos e sob o comando do primeiro, solicitaram, cobraram e obtiveram, em doze oportunidades, vantagem total no valor de R\$ 128.316,79 (cento e vinte e oito mil trezentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos), de CARLOS AUGUSTO COSTA NEVES e de RAMON MORAES DO CARMO, a pretexto de influir - como efetivamente influenciaram - em ato praticado pelo Prefeito Municipal de Centralina/MG, Edson Martins de Medeiros, em pleno exercício da função pública.

### LAVAGEM DE DINHEIRO.

Consta, por fim, dos inclusos autos de Procedimento Criminal Investigatório que, no período compreendido agosto de 2015 e dezembro de 2016, os denunciados RODRIGO, FLÁVIO, RAFAEL e FERNANDA, agindo todos previamente conluiados, com unidade de propósitos e sob o comando do primeiro, ocultaram e dissimularam, em doze oportunidades, a origem do valor total R\$ 128.316,79 (cento e vinte e oito mil trezentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos), proveniente, diretamente, de doze crimes de tráfico de influência.

### FATOS.

Segundo apurou-se, o denunciado RODRIGO é proprietário do escritório de advocacia Ribeiro e Silva Advogados Associados, local em que prestam serviços os denunciados FLÁVIO, RAFAEL e FERNANDA.

Outrossim, à época dos fatos, CARLOS e RAMON atuavam como advogados do escritório Costa Neves Advogados Associados.

Edson Martins de Medeiros, por sua vez, exerceu o mandato de Prefeito Municipal de Centralina/MG nos anos de 2013 a 2016 e foi reeleito para o período de 2017 a 2020.

Os denunciados RODRIGO, FLÁVIO, RAFAEL

e FERNANDA se estruturaram em organização criminosa, usando como fachada para seus negócios ilícitos o escritório Ribeiro e Silva Advogados Associados.

O objetivo dos denunciados RODRIGO, FLÁVIO, RAFAEL e FERNANDA era a obtenção de vantagem econômica indevida, utilizando, para tanto, da rede de contatos mantida com Prefeitos Municipais da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, exercendo, sobre eles, influência para contratação do escritório Costa Neves Advogados Associados para prestação de serviços de advocacia tributária com foco na compensação de créditos previdenciários.

O município de Centralina, sob a influência dos denunciados RODRIGO, FLÁVIO, RAFAEL e FERNANDA, sempre sob o comando do primeiro, bem como de DIÓGENES ROBERTO RODRIGUES - à época Prefeito Municipal de Canápolis/MG - por meio de Edson Martins de Medeiros, Prefeito Municipal, contratou o escritório Costa Neves Advogados Associados, mediante inexigibilidade de licitação.

Ficou acertado, entre o município e o escritório contratado que, a título de honorários, seria pago o valor de 20% (vinte por cento) das contribuições previdenciárias efetivamente compensadas pela Prefeitura

Municipal.

Os denunciados RODRIGO, FLÁVIO, RAFAEL

e FERNANDA, então, solicitaram de CARLOS e de RAMON, que a cada pagamento feito, após as deduções legais, 50% (cinquenta por cento) do lucro fosse repassado ao escritório Ribeiro e Silva Advogados Associados.

A cada nota fiscal emitida e respectivo pagamento feito, os denunciados RODRIGO, FLÁVIO, RAFAEL e FERNANDA cobraram e efetivamente receberam os 50% (cinquenta por cento) do lucro auferido.

Os denunciados RODRIGO, FLÁVIO, RAFAEL

e FERNANDA ocultaram e dissimularam, em doze oportunidades, a origem criminosa dos valores recebidos, porquanto sacaram os cheques recebidos em pagamento na boca do caixa, transformando os títulos de crédito em dinheiro em espécie, não declarando o recebimento de qualquer quantia.

Foram feitos doze pagamentos pela Prefeitura Municipal de Centralina:

NF 080-> R\$ 25.623,90

NF 086-> R\$ 26.333,87

NF 090-> R\$ 23.150,27

NF 090-> R\$ 3.881,91 (complemento)

NF 104-> R\$ 27.140,18

NF 106-> R\$ 27.723,83

NF 116-> R\$ 26.598,01

NF 125-> R\$ 24.037,17

NF 133-> R\$ 24.870,57

NF 140-> R\$ 27.008,29 NF 147-> R\$ 28.563,29 NF 197-> R\$ 28.097,46

A cada nota fiscal emitida e pagamento realizado, os denunciados RODRIGO, FLÁVIO, RAFAEL e FERNANDA solicitavam e cobravam o repasse de 50% do lucro líquido, descontados os impostos.

De fato, em cada um dos doze pagamentos efetuados, CARLOS e RAMON efetivamente repassaram aos denunciados o valor ajustado, totalizando a quantia de R\$ 128.316,79 (cento e vinte e oito mil trezentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos), correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos lucros líquidos, a saber:

NF080-> R\$ 11.825,43 NF086-> R\$ 12.153,08

NF 090-> R\$ 12.475,35 (quantia dividida em dois pagamentos)

NF 104-> R\$ 12.525,19 NF 106-> R\$ 12.794,55 NF 116-> R\$ 11.526,55 NF 125-> R\$ 10.416,51 NF 133-> R\$ 10.777,66 NF 140-> R\$ 11.704,04 NF 147-> R\$ 12.377,90 NF 197-> R\$ 9.740,83

Os valores discriminados foram pagos por meio dos seguintes cheques:

- cheque 58-> sacado na boca do caixa no dia 30 de setembro de 2015, pela denunciada FERNANDA - pagamento da primeira parcela;

- cheque 68-> sacado na boca do caixa no dia 23 de outubro de 2015, pelo denunciado FLÁVIO - pagamento da segunda parcela;

cheque 75-> sacado na boca do caixa no dia 12 de novembro de 2015, pela denunciada FERNANDA - pagamento da terceira parcela;

cheque 79-> sacado na boca do caixa no dia 27 de novembro de 2015, por CLEOMAR BATISTA DE OLIVEIRA - complemento da terceira parcela;

cheque 21-> sacado na boca do caixa no dia 11 de dezembro de 2015, por CLEOMAR BATISTA DE OLIVEIRA - pagamento da quarta parcela;

cheque 26-> sacado na boca do caixa no dia 22 de dezembro de 2015, pela denunciada FERNANDA - pagamento da quinta parcela;

cheque 29-> sacado na boca do caixa no dia 29 de janeiro de 2016, pela denunciada FERNANDA - pagamento da sexta parcela;

cheque 15-> sacado na boca do caixa no dia 04 de março de 2016, pela denunciada FERNANDA - pagamento da sétima parcela;

cheque 94-> sacado na boca do caixa no dia 15 de março de 2016, pela denunciada FERNANDA -

pagamento da oitava parcela;

cheque 24-> sacado na boca do caixa no dia 04 de abril de 2016, pela denunciada FERNANDA - pagamento da nona parcela;

cheque 101-> sacado na boca do caixa no dia 23 de maio de 2016, por CLEOMAR BATISTA DE OLIVEIRA - pagamento da décima parcela;

cheque 171-> sacado na boca do caixa no dia 22 de dezembro de 2016, pela denunciada FERNANDA - pagamento da décima primeira parcela;

Inconformado com a rejeição da denúncia, o recorrente sustenta que "o crime se consuma com a mera solicitação/exigência/cobrança sob o pretexto acima delineado; pouco importa, e o tipo penal não faz referida distinção, se a influência é ou não de fato exercida; se o ato é ou não efetivamente praticado pelo funcionário público." (f. 212)

Penso de modo distinto, pois considero que o tipo penal exige para sua caracterização a inexistência de prestígio junto ao funcionário público.

Nesse sentido, inclusive, a orientação de FERNANDO CAPEZ (2017):

Trata-se de crime de ação múltipla. Várias são as ações nucleares típicas: (i) solicitar: pedir; (ii) exigir: ordenar, impor; (iii) cobrar: fazer com que seja pago;

ou (iv) obter: conseguir, adquirir etc. Assim, o agente solicita, exige, cobra ou obtém, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. Há, assim, uma mercancia, venda de suposta influência exercida pelo agente junto à Administração Pública em troca de vantagem. Nesse sentido: "O crime de tráfico de influência pressupõe que a vantagem de que cogita seja postulada 'a pretexto' de influir em ato praticado por funcionário público. A denúncia criminal, pois, há de conter, modo expresse, esse elemento, sem o que não reúne condições de suportar processo válido, capaz de autorizar o exame do conteúdo da pretensão punitiva. Denúncia, no caso, que não explicitou, modo claro, que a cobrança havida se dera com o propósito de influir na atividade do funcionário público, como tanto não se havendo de ter o simples exercício da atividade a que se dedicava o apelante-despachante. Uma coisa é contratar os serviços de despachante, que hão de se dar, obrigatoriamente, perante órgãos públicos, e outra, bem diversa, é a cobrança a pretexto de exercer influência na atividade

que lá se realizara" (TJRS, ACrim 698.086.295, Rel. Juiz Marcelo Bandeira Pereira, j. 25-6-1998). Ilustremos a situação com um exemplo: indivíduo que,

afirmando falsamente ser parente do Secretário de Habitação de Urbanismo, solicita dinheiro aos camelôs situados na Praça da República na cidade de São Paulo, a pretexto de conseguir a regularização das barracas naquele local. Outro exemplo: despachante que, alegando possuir influência sobre os funcionários do Detran, solicita vantagem da vítima a pretexto de fazer com que multas de infração de trânsito não sejam cobradas. Veja-se que, em tese, as hipóteses figuradas configuram o delito de estelionato, uma vez que o agente induz as pessoas em erro, sob o falso argumento de possuir prestígio junto à Administração Pública, com o fim de obter indevida vantagem. Contudo, antes de configurar crime contra o patrimônio, em virtude do prejuízo material causado às vítimas ludibriadas, sobreleva o interesse em proteger o prestígio, o bom nome da Administração Pública. Esse é o maior interesse tutelado pela norma penal.

Como no crime de estelionato, o agente pode utilizar-se de diversas manobras fraudulentas aptas a induzir a vítima em erro. A mentira, por si só, pode ser um meio para ludibriar, conforme vimos nos exemplos acima prefigurados. É necessário que o agente não possua influência junto à Administração Pública, pois aí reside a fraude. Nesse contexto, o ensinamento de Noronha: "é preciso ter-se presente que o fato que o legislador aqui pune é a bazófia, a gabolice ou jactância de influir em servidor público, quando tal prestígio é inexistente. Se, ao contrário, a pessoa realmente goza de influência e, sem estadeá-la ou proclamá-la, desenvolve atividade junto àquele, não comete o delito em apreço, podendo, entretanto, tais sejam as circunstâncias, praticar outro" 538. Contudo, caso ele efetivamente goze de prestígio junto a esta, corrompendo o funcionário, poderá ser autor de outro delito, como a corrupção ativa (CP, art. 333).

(destaquei)

Insta observar que CEZAR ROBERTO BITENCOURT (2014) acrescenta que:

Se o sujeito ativo realmente goza de influência junto a funcionário público, e, sem proclamá-la, apenas pretextando, desenvolve atividade junto àquele, não comete o crime em apreço, podendo, entretanto, dependendo das circunstâncias, praticar outro crime, como, por exemplo, a corrupção ativa.

No presente caso, entretanto, verifica-se que os recorridos gozavam de prestígio junto ao prefeito ELSON, e podem ter influenciado na contratação do escritório Costa e Neves, razão pela qual se conclui inoccorrência do crime de tráfico de influência.

Destarte, não o PIC não trouxe qualquer elemento no processo de inexigibilidade de licitação que culminou na contratação do referido escritório, mormente porque referido serviço se amolda à previsão contida no art. 13, V da Lei nº 8.666/93.

Logo, não se verificando na espécie qualquer venda de fumaça, inviável o recebimento da denúncia por este delito.

Quanto ao crime de lavagem, o recorrente alega que não é necessário que os crimes antecedentes sejam narrados na mesma denúncia, já que eles são autônomos.

Aponto, de pronto, que deve ser observada a redação dada Lei nº 12.683/2012, tendo em vista a data dos fatos, verbis:

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal:

Trata-se de crime de resultado, sendo que os núcleos ocultar e dissimular descrevem ao mesmo tempo um comportamento e um resultado.

Já o objeto da lavagem é o produto dos crimes elencados nos incisos do citado artigo "ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal", consoante previsto no art. 91, II, "b" do CP.

Além disso, é de se ter em mente que o crime pode ser praticado por qualquer pessoa, não exigindo uma qualificação especial, ou seja, é um delito comum.

Sobre esse crime, a professora DANIELA VILLANI BONACCORSI ensina que:

Como se vê, no próprio conceito utilizado como lavagem de dinheiro, esta constitui não um único ato, mas um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia dos recursos, bens ou serviços que se originam ou estão ligados a atos ilícitos.

Explica Dalbora: "o conjunto de atos de favorecimento, por ocultação, conversão ou transferência, e de aproveitamento, para si ou para outrem, de bens de significação econômica e que procedem de delitos graves". (GUZMÁN DALBORA, 2000, p. 14).

Assim, a lavagem de dinheiro é a ocultação, dissimulação ou incorporação de dinheiro, bens ou capitais provenientes de crime ao círculo econômico-financeiro legal ou lícito.

O lucro, de origem sempre ilícita (precedente de delitos que se revestem de especial gravidade, na lei originária, e atualmente qualquer infração penal), é investido ocultado, substituído ou transformado e restituído aos circuitos econômico-financeiros legais, incorporando-se em qualquer tipo de negócio como se fosse obtido de forma lícita." (GOMEZ, 1996, p. 50).

(...)

Não há necessidade de que o objeto jurídico imerso no tipo seja lesado; o perigo é presumido, ainda que não se tenha comprovação da probabilidade concreta de dano, se há a consumação do delito. O tipo penal do crime de lavagem de dinheiro enumera inúmeros núcleos do tipo, de modo que um deles já seria suficiente para se ter por consumado o crime. (in A Denúncia Alternativa no Crime de Lavagem de Dinheiro, D'Plácido Editora, 2014)

No presente caso, e em que pese a judiciosa argumentação acusatória, concluo que a decisão está correta, pois não restou caracterizado o crime antecedente.

De mais a mais, o STJ já decidiu que "A denúncia de crimes de branqueamento de capitais, para ser apta, deve conter, ao menos formalmente, justa causa duplicada, que exige elementos informativos suficientes para alcançar lastro probatório mínimo da materialidade e indícios de autoria da lavagem de dinheiro, bem como indícios de materialidade do crime antecedente, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei 9.613/98." (RHC 106107 / BA, Ministro RIBEIRO DANTAS, DJe 01/07/2019)

Por fim, resta prejudicado o pedido de decretação da prisão preventiva dos recorridos, já que a denúncia não foi recebida.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, e acolhendo o parecer da d. PGJ, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. Sem custas.

DES. PEDRO COELHO VERGARA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. ADILSON LAMOUNIER - De acordo com o(a) Relator(a).



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

SÚMULA: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO"